ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816

AS FORMAS DE (RE)PRODUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES CAMPONESAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO SUDESTE GOIANO (GO)[i]

Rafael de Melo Monteiro
Professor de Geografia/Instituto Federal de Goiás/Águas Lindas
Doutor em Geografia/UNESP/Presidente Prudente
E-mail: rafael.monteiro@ifg.edu.br

Resumo
O objetivo desse artigo é compreender as formas de (re)produção das territorialidades camponesas nos assentamentos rurais do Sudeste Goiano (GO), com ênfase nas continuidades e mudanças políticas, econômicas e culturais. Nosso recorte espacial abrange seis assentamentos: Assentamento João de Deus (Silvânia, 1987), Assentamento São Sebastião (Silvânia, 1997), Assentamento Olga Benário (Ipameri, 2005), Assentamento Madre Cristina (Goiandira, 2009), Assentamento Buriti (Silvânia, 2009) e Assentamento Maria da Conceição (Orizona, 2010). Pela pesquisa qualitativa, realizamos pesquisa teórica, documental e de campo (centrada nas entrevistas semiestruturadas e nos registros fotográficos), contando com uma amostragem não probabilística. Concluímos que os assentamentos rurais do Sudeste Goiano são territórios camponeses nos quais são (re)produzidas as formas de vida tradicionais do campesinato em conjugação com mudanças políticas, econômicas e culturais que as famílias assentadas vivenciam por meio das territorialidades.
Palavras-chave: Territorialidades camponesas. Campesinato. Assentamentos rurais. Sudeste Goiano. Goiás.

THE WAYS OF (RE)PRODUCTION OF AGRARIAN TERRITORIALITIES IN SOUTHEASTERN GOIÁS (GO) SETTLEMENTS

Abstract
The objective of this work is to understand the ways of (re)production of agrarian territorialities in southeastern Goiás (GO) rural settlements, with emphasis on political, economic and cultural continuities and changes. Our spatial scope encompasses six settlements: Assentamento João de Deus (Silvânia, 1987), Assentamento São Sebastião (Silvânia, 1997), Assentamento Olga Benário (Ipameri, 2005), Assentamento Madre Cristina (Goiandira, 2009), Assentamento Buriti (Silvânia, 2009), and Assentamento Maria da Conceição (Orizona, 2010). Through qualitative research we performed theoretical, documental and field research (centered on semi-structured interviews and photographic records), relying on a non-probabilistic sampling. We conclude that the rural settlements of southeastern Goiás are agrarian territories in which are re(produced) traditional life styles of the peasantry in conjunction with political, economic and cultural changes that the settlers experience through territorialities.
Keywords: Agrarian territorialities. Peasantry. Rural settlements. Southeastern Goiás. Goiás.

Introdução

Certa vez, no ano de 2015, em uma das entrevistas realizadas no Assentamento Olga Benário (Ipameri/GO), ouvimos de um camponês assentado as seguintes palavras: "Você que faz a pesquisa cê pode 'dizê' pros seus colegas de escola, pros seus professores: 'Olha, o que eu vi desse povo, o que eles disse pra gente é que só vence os forte e os que chegaram na terra é porque são forte'" (Entrevistado 5[ii], 58 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 01/03/2015). Concordando com isso, escrevemos nesse artigo sobre a vida desses homens e mulheres que vivenciam a reforma agrária brasileira na produção dos seus territórios e territorialidades.

Os assentamentos rurais surgiram no horizonte da democratização do acesso à terra no Brasil e da oferta de novas possibilidades de vida e de trabalho para milhares de famílias que, para alcançar essa condição, se organizaram em movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais e outras instituições de luta pela terra, promovendo ocupações de terras e órgãos públicos e vivendo em acampamentos, com o propósito de pressionar o Estado na criação dos assentamentos.

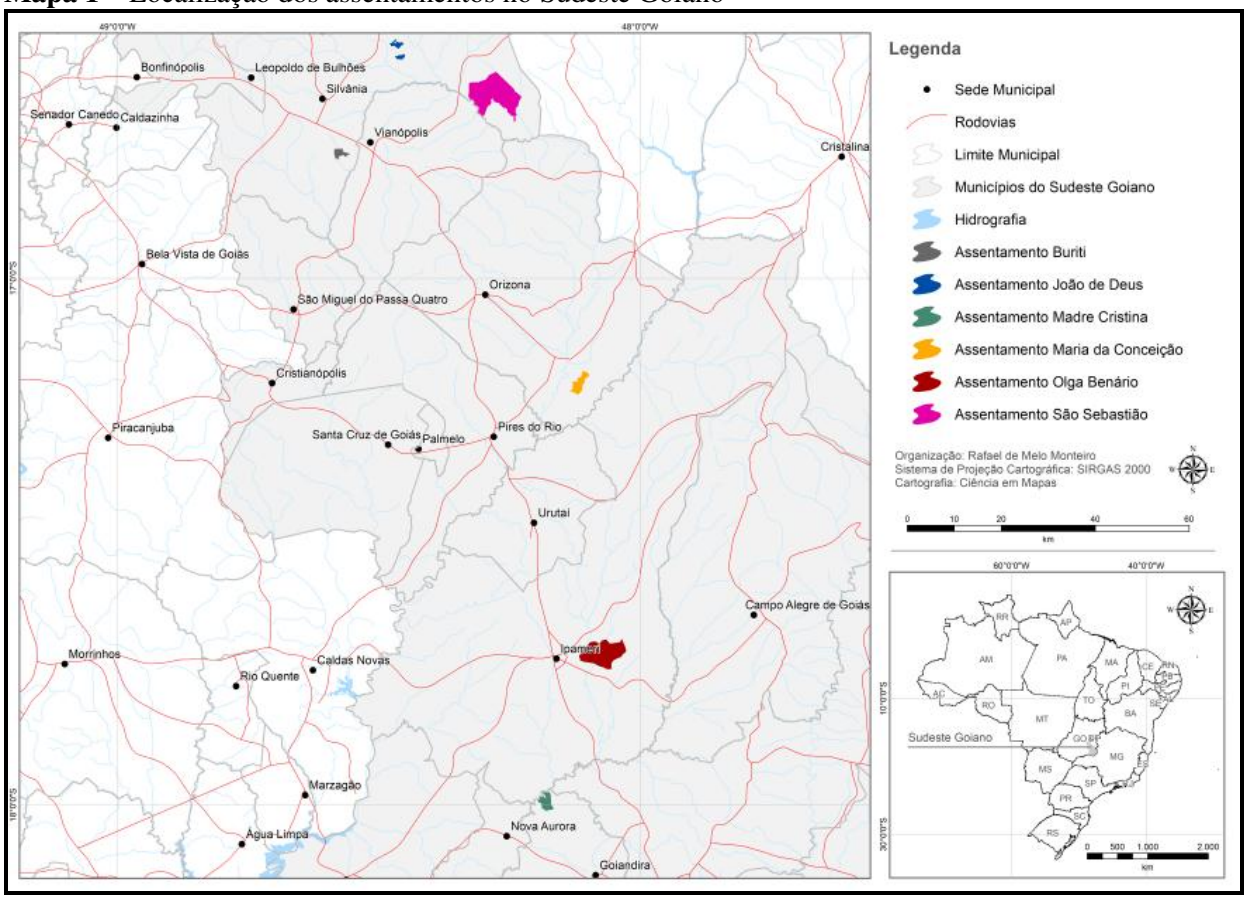
Essa (re)conquista da terra ocorre no cerne da expansão geográfica contraditória e desigual do capitalismo no campo, articulado em duas lógicas: a modernização tecnológica e a mudança nas relações de trabalho nas grandes e médias propriedades rurais (assalariamento e trabalho temporário) e a desterritorialização dos camponeses e trabalhadores rurais, por causa da concentração fundiária e da violência no campo, sendo que muitos deles se (re)territorializaram nos espaços urbanos ou nos assentamentos.

Na Região Sudeste Goiano, recorte espacial dessa pesquisa, a conjuntura é semelhante, com o desenvolvimento de uma agricultura capitalista, baseada em empresas rurais familiares (comandadas por sulistas, em grande medida), especializadas na produção e exportação de soja, milho, sorgo, algodão, feijão, café, trigo e cana de açúcar; e a resistência/recriação/reterritorialização da agricultura camponesa, inclusive nos assentamentos, onde os camponeses (re)produzem as suas territorialidades. Dessa forma, o objetivo desse artigo é compreender as formas de (re)produção das territorialidades camponesas nos assentamentos rurais localizados na Região Sudeste Goiano, com ênfase nas continuidades e mudanças políticas, econômicas e culturais.

Foram pesquisados seis assentamentos: Assentamento João de Deus (Silvânia, 1987), organizado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Silvânia; Assentamento São Sebastião

(Silvânia, 1997) e Assentamento Maria da Conceição (Orizona, 2010), estruturados pela Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG); Assentamento Olga Benário (Ipameri, 2005) e Assentamento Madre Cristina (Goiandira, 2009), conquistados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e o Assentamento Buriti (Silvânia, 2009), coordenado pelo Movimento de Volta do Trabalhador ao Campo (MVTC) (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização dos assentamentos no Sudeste Goiano



Organizado por: MONTEIRO, R. M. (2019)

Realizamos, em conformidade com Ramires e Pessôa (2013), uma amostragem não probabilística que funciona por acessibilidade ou conveniência, quando o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso e admite que possam representar o universo (população).

Partindo da pesquisa qualitativa, planejamos as etapas teórica, documental e de campo. A primeira concentrou-se em autores como Raffestin (2011 [1980]) e Saquet (2015a [2007]; 2015b [2011]) para a discussão sobre as territorialidades; Martins (1981), Woortmann (1990), Shanin (2008), Welch et al. (2009) e Sabourin (2009) para reflexões sobre o campesinato; e Pessoa (1999) sobre os assentamentos rurais goianos. Realizamos, também,

leituras acerca da importância da pesquisa teórica e de campo, apoiados em Alentejano e Rocha-Leão (2006), Mendes e Pessôa (2009), Santos e Pessôa (2009) e Marafon (2009); sobre amostragem lemos Ramires e Pessôa (2013) e em relação aos registros fotográficos, L'Estoile e Sigaud (2006) e Martins (2009). Essas leituras permitiram o contributo fundamental para a interpretação do *real*, conforme argumentam Mendes e Pessôa (2009). Na pesquisa documental consultamos o *site* do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o *blog* da Superintendência Regional de Goiás deste mesmo órgão público. Ademais, em setembro de 2015, consultamos os processos de criação dos assentamentos na referida Superintendência, localizada em Goiânia.

A pesquisa de campo envolveu as entrevistas semiestruturadas (com questões abertas e fechadas) e os registros fotográficos. De modo geral, o *ir a campo* representa a conjunção entre a teoria e a empiria (Alentejano; Rocha-Leão, 2006), a ocasião de experimentação e tensionamento dos conceitos e teorias e de produção de informações (Marafon, 2009) e também a oportunidade que o pesquisador tem de se relacionar com os sujeitos da pesquisa em seus lugares de vida, de trabalho e de representação (Santos; Pessôa, 2009). Pelos registros fotográficos (as fotografias antigas ou recentes) se institui essa mesma relação de troca (L'Estoile; Sigaud, 2006), sobretudo pelo entendimento de que as fotografias são um conjunto narrativo de histórias (Martins, 2009) e fazem parte de uma memória individual e coletiva.

Nesse sentido, fizemos 123 entrevistas, em visitas semanais (sobretudo nos finais de semana), entre dezembro de 2014 e junho de 2015[iii]. Desse total, 63 foram gravadas e transcritas. Preferimos uma transcrição fiel ao que os sujeitos falaram, pois, como ressalta Whitaker (2002, p. 16): "Os transcritores julgam possível reproduzir uma pronúncia original usando erros ortográficos. Quando um sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos".

Entre os meses de maio e agosto de 2016, retornamos em alguns assentamentos para conversas informais, registros fotográficos e algumas entrevistas (cerca de quatro, além das 123). Em todo esse itinerário, desde dezembro de 2014 até agosto de 2016, dispomos da colaboração do senhor Roberto, assentado em Orizona, que nos conduzia semanalmente e nos apresentava em cada lote de terra que chegávamos[iv]. Isso contribuiu, com toda certeza, para a realização da pesquisa.

Nesse artigo, assumimos o pressuposto de que os assentamentos são territórios camponeses nos quais são (re)produzidas as formas tradicionais do campesinato em

conjugação com mudanças políticas, econômicas e culturais que as famílias assentadas vivenciam por meio das territorialidades.

É elementar apresentarmos nossa compreensão em relação ao campesinato, fundamentados em autores como Martins (1981), Woortmann (1990), Shanin (2008), Welch et al. (2009) e Sabourin (2009). De acordo com Welch et al. (2009), neste grupo estão os pequenos proprietários, os posseiros de terras públicas e privadas, os *povos das florestas*, os agroextrativistas e ribeirinhos, as quebradeiras de coco babaçu, os açaizeiros, os castanheiros, os que partilham os *fundos de pasto*, os parceiros, os foreiros, os quilombolas, os agricultores familiares e os assentados da reforma agrária, entre outros.

No Brasil o termo campesinato indica uma categoria política, econômica e também moral cujo propósito é reproduzir um modo de vida, centrado na relação terra-trabalho-família. Os camponeses valorizam a terra-casa como um patrimônio material e simbólico, ainda mais quando o acesso à terra se dá por meio da luta; eles produzem alimentos para o sustento familiar e comercializam os excedentes em mercados locais, nacionais, institucionais, entre outros; produzem uma moralidade e um saber camponês e praticam ajudas mútuas, mutirões, trocas de dias de trabalho, parcerias, trabalho acessório e trabalho assalariado temporário (Martins, 1981; Woortmann, 1990; Shanin, 2008; Welch et al., 2009; Sabourin, 2009). Nesses processos eles/as substantivam suas territorialidades.

As territorialidades expressam um conjunto de relações que os indivíduos, grupos e classes sociais estabelecem com o território, por meio da multidimensionalidade do "vivido" territorial (Raffestin, 2011 [1980]). Conforme argumenta, ainda, Raffestin (2011 [1980], p. 142): "Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas".

Para Saquet (2015a [2007]; 2015b [2011]) as territorialidades são políticas, econômicas, culturais e ambientais (ou seja, pluri/multidimensionais). Abrangem as relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, por meio de dominações e delimitações (precisas ou não); comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades; práticas no espaço-tempo, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade/natureza, ou seja, as relações entre os homens e destes com a natureza exterior, com a mediação de técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas, conhecimento, saberes e ideologias. Elas são o acontecer de todas as atividades cotidianas, expressas no trabalho, nas atividades de lazer, na igreja, na família, na escola, na rua, no bairro, nas comunidades camponesas e nos

assentamentos rurais. Simultaneamente, são um resultado e uma determinante do processo de produção de cada território no movimento mais amplo da des-re-territorialização (processo TDR).

Nos assentamentos do Sudeste Goiano o cotidiano está sortido de atividades de consumo doméstico, econômicas, religiosas e de reciprocidade, como colher as hortaliças, frequentar os cultos, congregar na igreja da cidade, tratar dos animais, fazer mudas para a horta, revisar as cercas do lote, participar de novenas e terços, depositar o leite no tanque para ser comercializado com o laticínio, vender nas feiras livres, participar de mutirões, trabalhar fora da terra para comprar gado após perder o rebanho para a peste, emprestar parte da terra para o vizinho cultivar, fazer financiamento para o filho casado que irá morar no lote, participar de roças comunitárias, produzir sementes, juntar os companheiros para comprar gado mais barato, entre outras. Assim, "as territorialidades têm um caráter relacional, histórico, plural e significam cotidianidades nos tempos e nos territórios, no movimento relacional-processual do ser social-natural-espiritual" (Saquet, 2015 [2011], p. 120).

Com o desígnio de mostrar as territorialidades camponesas nos assentamentos, selecionamos três eixos primordiais: a) as relações de reciprocidade, afirmadas principalmente na realização de mutirões e a valorização da terra-casa enquanto patrimônio concreto e simbólico; b) a efetivação da agricultura camponesa e as formas de organização do trabalho; e c) as religiosidades católicas e (neo)pentecostais, que marcam identidades e diferenças. Nesse percurso, indicaremos as (des)continuidades identificadas na realidade dos assentamentos.

As relações de reciprocidade e a valorização da terra-casa

Os mutirões e o zelo com a terra-casa (patrimônio concreto e simbólico) traduzem relações de reciprocidade e de produção objetiva e subjetiva da vida (Pessoa, 1999; Sabourin, 2009), sobretudo no caso dos assentados que tiveram acesso à terra por meio da luta e da organização política em movimentos sociais (como o MST), sindicatos de trabalhadores rurais e demais mediadores. Este é um ponto de descontinuidade, pois não se trata de uma comunidade camponesa onde seus moradores estão enraizados desde gerações passadas e que, em muitos casos, dali nunca saíram. Os assentamentos são formados por migrantes, pessoas de lugares diferentes (municípios e estados), que não possuem laços de parentesco ou de vizinhança (embora possam construir isso).

Registramos narrativas cujo teor indicava esse pertencimento ao lugar, a terra-casa, patrimônio presente e futuro. Após o falecimento de sua esposa, um dos nossos entrevistados ouviu dos filhos a seguinte recomendação: "Vende esse trem" [a terra]. Ele respondeu: "Num vendo! Pode me dá o mundo 'interim' em troca disso aqui que eu num vendo! (Entrevistado 3, 70 anos, Assentamento João de Deus/Silvânia/GO, 03/05/2015). Em outra oportunidade, nossa entrevistada foi enfática ao dizer: "Cê pode falar assim: 'Te dou um milhão na sua terra', que eu num quero!" (Entrevistada 6, 51 anos, Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO, 13/06/2015).

A luta pela terra se insere em uma ética camponesa que valoriza e tem gratidão por essa conquista e se torna um valor político e, em muitos casos, também religioso. Vejamos dois depoimentos:

> Num quero terra pra vender, pra negociar, num quero! O importante da luta é dar valor no suor. [...] Nós passou foi muitos anos debaixo de lona preta, queimando a *cacunda* [as costas]. Quando num queria queimar tinha que entrar debaixo dos pau, ir pra beira dos *corgos* [córregos]. [...] Quando pega tudo arrumadinho, abençoadinho, eu vou jogar fora não! (Entrevistado 11, 58 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015, grifos nossos).

> Eu tenho 33 hectares de chão que eu num vendo por preço nenhum. [...] Isso aqui é um paraíso que Deus me deu! [...] Eu num comprei terra, eu 'vô' 'vendê' terra por quê? Isso aqui é pra usufruto (Entrevistado 5, 58 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 01/03/2015).

Dessa forma, concordamos com Woortmann (1990) quando argumenta que a terra, para os camponeses, além de um objeto de trabalho e fator de produção, é também um valor moral e uma dádiva divina. Do mesmo modo, Shanin (2008) pondera que o objetivo do campesinato é reproduzir seu modo de vida e não a acumulação, consoante mostram as declarações supracitadas. Um último depoimento, no formato de um diálogo entre dois assentados (um deles, o Roberto, acompanhante da pesquisa), nos parece notável para elucidar a ligação existencial com a terra.

> - *Senhor João:* Eu falo que eu 'vô' embora daqui quando eu 'morrê'.
> - *Senhor Roberto:* Eu nem quando eu 'morrê' eu num 'vô', 'vô' 'fazê' uma *carneira* [túmulo] lá no meio (risos).
> - *Senhor João:* Eu já falei que ia 'fazê' um cemiteriozinho aqui, 'enterrá' eu aí (risos).
> - *Senhor Roberto* [simulando uma advertência para sua família]: "S'ocês 'vendê' essa terra aqui eu num deixo o 'caboco' [homem, pessoa] 'comprá' pra 'morá' aqui dentro" (risos). Essa aqui é minha, lá chama Cantinho do

> Céu (risos) [A referência "lá" se explica pelo fato de que não estávamos em sua terra] (Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 01/03/2015).

Na fotografia 1 estão três gerações da mesma família, sobre a terra e em frente à casa construída: o casal, uma de suas filhas e um de seus netos.

Fotografia 1 – Assentamento Maria da Conceição: três gerações da mesma família na terra



Fonte: Arquivo pessoal (05/2016)

Nos assentamentos, registramos mutirões para a construção de casas, de pontes e para a limpeza de pastos (ocasião em que a comida sela a união das pessoas em torno do trabalho), como apresentam as fotografias 2, 3 e 4. A palavra mutirão deriva do guarani (*potirom*) e significa "mãos à obra" (Sabourin, 2009). Ele representa um compartilhamento do trabalho e uma mobilização para realizar um serviço em benefício de um agricultor ou um grupo de agricultores, construindo/fortalecendo vínculos de amizade, confiança e conferindo prestígio ao beneficiário, sobretudo pela oferta que ele faz, aos companheiros, de comida, bebida e festas. Aqueles que não participam de um mutirão acabam perdendo prestígio e honra perante os demais (Sabourin, 2009). Isso ocorre porque, de acordo com Woortmann (1990), a *campesinidade* se estrutura na terra, no trabalho, na família, na honra e na hierarquia.

Fotografia 2 – Assentamento Olga Benário: mutirão para construção de moradia



Fonte: Arquivo pessoal (06/2011)

Fotografia 3 – Assentamento Olga Benário: mutirão para construir ponte



Fonte: Arquivo pessoal de Waldivino Gomes Firmino (2012)

Fotografia 4 – Assentamento São Sebastião: limpeza de pasto e refeição



Fonte: Francisca Marta Jacinto (Irmã Marta) (Comissão Pastoral da Terra) (07/2016)

Assim, apontamos a continuidade das práticas de reciprocidade nos espaços rurais goianos. Ao mesmo tempo, reforçamos que o reconhecimento da terra-casa se dá pelo peso da luta, o que significa uma mudança política em relação às comunidades camponesas tradicionais enraizadas no lugar em que se situam, onde as pessoas possuem laços de parentesco e vizinhança e estão fixadas ali por longo tempo. A agricultura camponesa e a organização do trabalho serão outros elementos que analisaremos no âmbito das (des)continuidades.

A agricultura camponesa e as formas de organização do trabalho

Nos assentamentos rurais implantados no Sudeste Goiano perdura a produção do sustento familiar e os excedentes, por meio do trabalho familiar na terra, característica da agricultura camponesa. Esta produção é diversificada, abrangendo o leite, as frutas, as hortaliças e verduras, o cultivo do milho, da mandioca, do arroz, do feijão, da soja, do café, da cana de açúcar, a criação de suínos, galináceos, os ovos, os queijos, os requeijões, as rapaduras, a farinha de mandioca, os doces, o mel, as geléias, entre outros alimentos e produtos. O exemplo da farinha de mandioca é pertinente para entendermos a (re)produção cultural dos camponeses, já que, de acordo com Pessoa (1999), esse produto faz parte da culinária tradicional goiana. Nas fotografias 5, 6, 7 e 8 exibimos a fabricação da farinha de mandioca e o cultivo de hortaliças e verduras.

Fotografia 5 – Assentamento Olga Benário: produção de farinha de mandioca



Fonte: Waldivino G. Firmino (2013)

Fotografia 6 – Assentamento Madre Cristina: cultivo de abacaxis



Fonte: Arquivo pessoal (01/2015)

Fotografia 7 – Assentamento Olga Benário: plantação de hortaliças



Fonte: Arquivo pessoal (03/2015)

As vendas são feitas para os laticínios, supermercados, lanchonetes, nas feiras livres, nos assentamentos, para atravessadores, além da comercialização com os mercados institucionais, por meio dos programas governamentais – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nesse último caso, a relação com esses mercados se dá por meio da formação de associações, que simbolizam uma nova forma de organização do trabalho que não é exclusivamente familiar.

Fotografia 8 – Assentamento Buriti: lavoura de quiabo



Fonte: Arquivo pessoal (06/2015)

Temos, por isso, uma descontinuidade no que se refere à organização produtiva das famílias assentadas. No Assentamento Olga Benário esse processo tem maior intensidade, devido a presença da ASPROAB (Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário) e da ASCRAF (Associação Camponesa Regional de Agricultura Familiar). Ambas estruturaram panificadoras para trabalhar e entregar seus produtos para a merenda escolar de Ipameri. A fotografia 9 mostra a panificadora da ASCRAF, organizada no lote de uma assentada que foi pioneira na organização dessa Associação.

Fotografia 9 – Assentamento Olga Benário: panificadora da ASCRAF



Fonte: Arquivo pessoal (03/2015) e Agência SEBRAE de Notícias (2014)

Tanto a (re)produção da agricultura camponesa quanto a adoção de novas formas de trabalho, que não colocam em risco o controle da terra, indicam as estratégias políticas, econômicas e culturais dos camponeses assentados para se manterem no território. Juntamente com as relações de reciprocidade, a valorização da terra-casa, a agricultura camponesa e as formas organizativas do trabalho, as territorialidades humanas são expressas, também, pela religiosidade das pessoas, conforme apresenta o item seguinte.

As religiosidades católicas e (neo)pentecostais

Entendemos a religiosidade como uma forma de autoridade que, ao mesmo tempo, reforça uma noção de submissão e obrigação e promove laços interpessoais entre os *crentes* (aqueles que crêem) (Sabourin, 2009). Além disso, conforme Saquet (2015b [2011]), ela também pode clarificar ou ofuscar os processos territoriais.

O catolicismo é um fenômeno cultural tradicional no espaço rural brasileiro e goiano. A Igreja Católica se envolveu, ao longo do tempo, nas questões agrárias nacionais. Seus setores mais progressistas, principalmente da Teologia da Libertação, se posicionaram a favor dos homens e mulheres do campo, que sofriam (e sofrem) com a falta de terra para morar,

cultivar e trabalhar. A própria Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu no bojo da Teologia da Libertação, nos anos 1970, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e realizado em Goiânia (GO) (Pessoa, 1999).

A título de exemplificação, no Assentamento São Sebastião as famílias edificaram uma capela para Nossa Senhora Aparecida (fotografia 10) como pagamento de uma promessa que fizeram para a conquista da terra. Uma assentada nos relatou: "Aquela capelinha ali foi o seguinte: nós 'falamo' se Nossa Senhora abençoasse, intercedesse lá a teu filho pra dá tudo certo aqui, a gente construiria a capela. Aí ela tá lá. Nós mesmo que 'fizemo'. Ali tem, de cada pessoa ali tem um tijolinho (risos)" (Entrevistada 6, 51 anos, Assentamento São Sebastião/Silvânia/GO, 13/06/2015). Essa narrativa aponta uma característica do catolicismo popular brasileiro, que é o pagamento das promessas após o atendimento das súplicas (MARIANO, 1996).

Fotografia 10 – Assentamento São Sebastião: capela para Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Arquivo pessoal (05/2015 e 08/2016)

Todavia, o (neo)pentecostalismo tem se expandido entre as populações rurais. Algumas igrejas evangélicas, como a Igreja Cristã Manancial e a Assembléia de Deus, além de conquistarem os *corações* e as *mentes* dos seus fiéis para congregarem nas cidades, realizam cultos (a primeira) e se territorializam nos assentamentos (a segunda), como mostram as fotografias 11 e 12.

Fotografia 11 – Assentamento Olga Benário: cultos evangélicos



Fonte: *Site* da Igreja Cristã Manancial (2012/13)

Os evangélicos participam de cultos, do batismo nas águas, ofertam dízimos (como um dever com Deus) e, em certos casos, expressam princípios da Teologia da Prosperidade – associando a posse de bens materiais com uma maior ou menor espiritualidade (Mariano, 1996), como notamos no depoimento seguinte:

> Quando nós veio [pro assentamento] fiz compromisso com Deus, de fazer as coisa só pra agradar Ele, mas não pra desagradar. Desde quando eu tive compromisso com Deus, nada me atrapalhou nos negócios. [...] Foi um rapaz pra comprar uma moto [...] nós foi junto. O pai dele tem uma casa, tem tudo, não conseguiu. Coloquei minha vida na presença de Deus, cheguei lá, primeira coisa o gerente ligou pra mim: "Tá aprovado!"[...] Se não tiver fé, num alcança nada (Entrevistado 11, 58 anos, Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO, 08/03/2015).

Fotografia 12 – Assembleia de Deus no Assentamento Olga Benário



Fonte: Arquivo pessoal (02/2015)

Essa diversidade religiosa nos assentamentos arquiteta relações de poder e territorialidades plurais, marcadas pelas identidades, diferenças e conflitualidades envolvendo as religiosidades. Há várias denominações evangélicas, pois há fiéis da Assembléia de Deus (de vários ministérios), da Congregação Cristã no Brasil, da Igreja Manancial, da Igreja Universal do Reino de Deus, da Igreja Mundial do Poder de Deus, entre outras. É como se cada igreja tivesse o seu público e o seu "pedaço" nos assentamentos. Assim, consideramos a presença do catolicismo como uma permanência cultural enquanto a penetração/expansão do (neo)pentecostalismo pode ser interpretada como uma mudança cultural, que se expressa na relação dos *crentes* com o mundo e com Deus.

Considerações Finais

Os assentamentos rurais, situados no Sudeste Goiano (GO), são importantes territórios camponeses produzidos por meio da luta e conquista da terra que as famílias assentadas vivenciaram junto aos seus organizadores (MST, FETAEG, MVTC, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Silvânia). Por meio desta (re)territorialização, os/as camponeses/as puderam (re)produzir suas formas de vida tradicionais, como a opção pelo modelo terra-trabalho-família, a valorização da terra-casa como patrimônio concreto e simbólico, o desenvolvimento da agricultura camponesa (produção do sustento familiar e venda de excedentes), as relações de reciprocidade (principalmente os mutirões) e as práticas do catolicismo popular. Assim, expressam suas territorialidades políticas, econômicas e culturais.

Entretanto, juntamente com esses aspectos de permanência, há mudanças significativas. Em primeiro lugar, o acesso à terra se deu pela mobilização política e isso agrega valor ao lote e à casa obtidos. Essas pessoas que chegaram nos assentamentos são migrantes, vieram de diferentes lugares de Goiás e do Brasil. A condição de assentados/as garante novas perspectivas de vida, moradia e de trabalho e ameniza as necessidades imediatas que eles/as tinham. Em segundo lugar, mesmo que as famílias trabalhem em suas terras, isso não traduz uma anulação de outros modos de organização do trabalho. Tanto é assim que, nos assentamentos, existem as associações nas quais os/as camponeses/as trabalham em conjunto e se relacionam com mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Por fim, no âmbito religioso, a continuidade do catolicismo coexiste com a penetração/expansão

do (neo)pentecostalismo, que envolve as famílias em cultos, rituais de batismo e uma relação diferente com o mundo e com Deus.

Essas territorialidades camponesas são, portanto, pluri/multidimensionais, pois abarcam as dimensões políticas, econômicas e culturais; elas concretizam e simbolizam as apropriações que as famílias fazem, ao longo do tempo, do espaço geográfico, tornando-o seus territórios de vida, crenças e trabalho. Além disso, essas territorialidades expressam identidades, diferenças e conflitualidades, ou seja, relações de poder explícitas ou tácitas. As formas de (re)produção das territorialidades se dão por rupturas e continuidades que atravessam a vida dos/as camponeses/as do Sudeste Goiano. Esse produto/processo territorial é, no tempo histórico, uma contingência: o território é produzido todos os dias e nunca está pronto, ele é um acontecer cotidiano: na "obra" de ontem se somam os "feitos" de hoje e se projetam as possibilidades do futuro. Um *algo em aberto*, inerente à vida humana.

Notas:

[i] Este texto resulta da tese de doutorado intitulada "As relações de poder e as territorialidades nos assentamentos rurais do Sudeste Goiano", defendida por este autor no Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP/Pres. Prudente, sob orientação do Prof. Marcos Aurélio Saquet e financiamento da FAPESP.

[ii] Optamos por manter a sequência das entrevistas respeitando a ordem numérica dos entrevistados, conforme consta na tese de doutorado.

[iii]Foram 13 entrevistas no Assentamento Maria da Conceição (de um total de 16 famílias assentadas), 14 no Assentamento Madre Cristina (16 famílias assentadas), 55 no Assentamento Olga Benário (84 famílias assentadas), sete no Assentamento João de Deus (16 famílias assentadas), 27 no Assentamento São Sebastião (33 famílias assentadas) e também sete no Assentamento Buriti (14 famílias assentadas), nesta ordem enunciada.

[iv]No carro estavam sempre o senhor Roberto, o pesquisador e seu pai, que não falhou uma semana sequer durante este período de entrevistas nos assentamentos.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R; ROCHA-LEÃO, O. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Revista Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, n. 84, p. 51 – 67, 2006.

FIRMINO, W. G. **Itinerários camponeses:** *de lá para cá* e *daqui pra li* até o Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.

L'ESTOILE, B. de; SIGAUD, L. Caderno de fotos: fotografia e pesquisa de campo. In: L'ESTOILE, B. de; SIGAUD, L. (Org). **Ocupações de terra e transformações sociais:** uma experiência de etnografia coletiva. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

MARAFON, G. J. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

MARTINS, J. de S. **Sociologia da fotografia e da imagem.** São Paulo: Contexto, 2009.

MARIANO, R. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. **Novos estudos CEBRAP,** São Paulo, n. 44, p. 24-44, 1996.

MENDES, E. de P. P.; PESSÔA, V. L. S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevistas. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

PESSOA, J. de M. **A revanche camponesa.** Goiânia: Editora da UFG, 1999.

PESSÔA, V. L. S.; RAMIRES, J. C. de L. Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa geográfica. In: MARAFON, G. J. et al. (Org.). **Pesquisa qualitativa em Geografia:** reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 2011 [1980].

SABOURIN, E. Comunidades camponesas e organização social da produção. In: SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Tradução de Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, J. C. dos; PESSÔA, V. L. S. A pesquisa de campo nos canaviais do oeste paulista: o universo dos trabalhadores rurais entre a "sua forma de ser" e a exploração do seu "ser". In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015a [2007].

SAQUET, M. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015b [2011].

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WELCH, C. A. et al. (Org.). **Camponeses brasileiros:** leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WHITAKER, D. **Sociologia rural:** questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras a Margem, 2002.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico 87**, Brasília, p. 11-73, 1990.